

## SEGMENTAÇÃO URBANA – O LUGAR DO POBRE E DO RICO EM SALVADOR-BA

Antonio Mateus de Carvalho Soares<sup>1</sup>

A metrópole soteropolitana urbana cresce a cada instante – o percentual de urbanização avança de 96,6% em 1991, para 98,4% em 2000. Em concomitância a este processo, observa-se a consolidação de um complexo quadro de periferização e empobrecimento urbano. Salvador, terceiro aglomerado populacional do país, é periferia do sistema capitalista no Brasil e possui uma urbanização, marcada por um “padrão periférico” obediente às lógicas do capital e às investidas das forças imobiliárias. O adjetivo *periférico* aqui empregado se legitima não apenas por Salvador se localizar no nordeste brasileiro, fora do eixo centro-sul, ou por não possuir um complexo econômico-industrial como São Paulo e Rio de Janeiro, mas por guardar expressivos índices de pobreza que se materializam em seu tecido urbano e na própria fisionomia de seus habitantes:

Entre as 12 principais capitais do Brasil, Salvador ocupa a 8ª posição em IDH [Índice de Desenvolvimento Humanos]. Nas análises sobre o ICV [Índice de Condições de vida], a oscilação da variável trabalho entre as décadas de 80 e 90, foi de 0,592 para 0,452, em decorrência do aumento do desemprego de 5,5% para 16,3% e da diminuição do número de empregados com carteira assinada de 63,7% para 45%.

Em 2003, Salvador constituía a terceira maior aglomeração de pobreza metropolitana do país, atrás apenas de Recife ( 31,8%) e de Fortaleza ( 36,0 %), conforme dados da PNAD.

Os números são contundentes: em Salvador, há 3.809 moradores de rua; faltam casas para cerca de 100 mil famílias, enquanto em todo o Estado, 39.370 mutuários estão inadimplentes com o sistema financiador de habitação. (Jornal A Tarde, Salvador-Ba. 15/01/2006)

O trato com dados referentes à pobreza guarda em si um complexo cruzamento de variáveis, que quando não bem interpretadas podem gerar análises poucos precisas. Assim, para as necessidades deste estudo, daremos maior importância para tentativa de constituição de uma inteligibilidade para a pobreza enquanto fenômeno social e como ela se manifesta no tecido urbano de Salvador. É uma obviedade necessária se afirmar que Salvador guarda um dos maiores índices de pobreza e desigualdade social do país. Deste modo, dentro da amplitude dimensional que o fenômeno da pobreza urbana pode tomar, focalizaremos a pobreza de Salvador em suas interfaces com a segregação, periferização e exclusão social. Dada a diversidade de figurações da pobreza, não é objetivo deste estudo o aprofundamento das formas de mensurar, quantificar ou classificá-la, mas percebê-la no seu modo particular de espacialização no tecido urbano de Salvador. Como fenômeno social que se manifesta nas periferias e subúrbios dos grandes centros urbanos brasileiros, a pobreza e o pobre configuram-se como um sub-produto de um poderoso esquema econômico de acumulação do capital.

---

<sup>1</sup> Mestre pela Universidade de São Paulo - USP; Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA; Pesquisador do Centro de Recursos Humanos - CRH/UFBA.

A pobreza de Salvador e sua trajetória histórica de acúmulo de carências é tema de discurso que cerca os movimentos sociais; é justificativa para a busca de financiamentos internacionais; é objeto de intervenção nas falaciosas propostas políticas, e ainda, campo especial de pesquisa do discurso sociológico e/ou técnico. A pobreza e seus índices se transformaram nas últimas décadas em palavras legitimadoras da necessidade de reafirmação e de luta pelos direitos sociais, pela igualdade e justiça.

Segundo Serge Paugam (2003, p. 64), “nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado”. O conceito de indivíduo pobre está associado ao de “fracassado socialmente” (individualização e culpabilização da pobreza), de excluído por não ter acesso em termos espaciais e temporais à cidade e seus benefícios, às mercadorias e serviços, à tecnologia, ao conhecimento etc. A questão da pobreza remete também à exclusão urbana e à construção cotidiana de um desequilíbrio social que se desdobra em privação de renda estável, desclassificação profissional e social, na falta de acesso aos serviços básicos etc. A pobreza em seu quadro de “desposseções” não possui impacto apenas econômico, mas também subjetivo, social e político.

A pobreza como terminologia que indica uma situação social vai instituindo seu significado em paralelo à conformação do direito à cidadania. Sua discussão supõe igualmente a dimensão da cidadania e a luta pelo acesso aos direitos básicos. Para Anete Ivo e Ilse Scherer-Warren (2004, p. 13-15) a questão da pobreza como efeito da desigualdade econômica e social, aparece, então, como questão política, já que interfere sobre as condições da justiça redistributiva. Esta afirmação nos leva a montar uma equação reflexiva entre: reprodução da pobreza ↔ produção da exclusão ↔ cidadania ↔ justiça social.

A reprodução da pobreza e a exclusão social geram uma desqualificação social, que se manifesta nas cidades brasileiras com força implacável no processo de urbanização, criando um conjunto de precariedades que submetem as populações de baixa renda a um cenário de segregação e “desposseções” que aniquilam a cidadania e o acesso aos direitos básicos de sobrevivência: saúde, educação, moradia, emprego etc. Conforme Carvalho e Codes (2006), a pobreza e a precariedade das condições de subsistência são determinadas pelas condições de trabalho e renda; a pobreza não pode ser analisada de forma dissociada de fatores como o perfil educacional e os processos de segregação socioespacial e segmentação urbana.

A pobreza e os pobres passam a ser o foco da atenção de projetos sociais como grupo experimental para os *dispositivos de poder*, ou como mão-de-obra barata e descartável a ser utilizada no processo de produção, reprodução e reestruturação do capital em suas modalidades de financeirização. O *dispositivo de poder*, conforme Michel Foucault (2003), gerencia a vida e a coloca a disposição de um poder maior que se explicita através de sofisticadas tecnologias de governo, tendo como uma das conseqüências uma metamorfose da economia social da *filantropia* em direção à atual administração massiva da pobreza ou *gestão da exclusão social*. A pobreza estrutural de nossos dias é observada, medida, estudada, dimensionada, avaliada, gerida, administrada, mas não se vislumbra a sua erradicação.

A pobreza contemporânea, sob os ditames de um capital financeirizado e “molecular-digital”, parece se transformar em uma situação mantida pela lógica neoliberal, que coisifica e monetariza a vida. Desta forma, as reflexões sobre a pobreza devem se pautar em questionamentos: o que é a pobreza? para que servem os pobres? o que fazer dos pobres? o que é direito? o que é cidadania?

O pobre é aquele que tem de provar o tempo todo, se fazer ver e reconhecer a si próprio e à sociedade, a sua própria respeitabilidade num mundo em que os

salários insuficientes, a moradia precária, o subemprego e o desemprego periódico solapam suas condições de possibilidade. Nesse caso, seria possível dizer que a condição de pobreza se traduz na experiência de uma liminaridade real ou virtual entre a ordem e a desordem, experiência feita no jogo ambivalente de identificações e diferenciações, elaborada entre a percepção de uma condição comum de privação que dilui perigosamente as fronteiras entre uns e outros e a construção de um universo moral no qual homens e mulheres se reconhecem como sujeitos capazes de lidar com os azares da vida e de se distanciar, se diferenciar, dos que foram pegos pela maldição da pobreza. É nos sinais que trazem dessa liminaridade que as circunstâncias de vida são problematizadas, circunscrevendo-se o modo como identidades são construídas e reconhecidas. (TELLES, 1992, pp 120-121).

O pobre é figurado como um “despossuído” de direitos e de razões, faz parte de uma parcela majoritária da população que tem seu cotidiano marcado por diversas carências e privações. O pobre é vítima da pobreza e da falta de satisfação das necessidades humanas básicas – a pobreza de forma endêmica e naturalizada é uma *violação dos direitos humanos*. A pobreza, como desrespeito a direitos econômicos e sociais básicos de grupos e indivíduos, foi se constituindo uma violação de direitos humanos; a pobreza e a marginalização das populações criam sérios obstáculos à realização dos direitos políticos e civis, na medida em que as privações enfraquecem a manutenção da vida social e dificultam a participação política, pois as pessoas passam a se preocupar com o saciamento de suas necessidades básicas e imediatas: alimentação, saúde e moradia.

## 2- POBREZA, PADRÃO PERIFÉRICO DE URBANIZAÇÃO E ESTADO

A consolidação do “padrão periférico” é resultante de um sequioso jogo político neoliberal que, na esfera urbana, figura-se nos agenciamentos imobiliários de construtoras e incorporadoras<sup>2</sup> que atuam a serviço do capital estruturalmente financeirizado. Neste jogo, o Estado se atrela à política neoliberal, enquanto grande parcela da população brasileira é condenada a uma pobreza progressiva e submetida a formas de gerenciamentos filantrópicos de caráter pseudo-humanitário. Neste quadro, a Estado como motor de desenvolvimento do país, no caso brasileiro parece nunca ter perdido sentido, pois a parceria entre o Estado e o capital minimizam o Estado de Direito e vulnerabiliza o poder soberano.

O Estado, conforme indica Francisco de Oliveira (2003), como regulador do mercado de trabalho e das relações capital-trabalho, parece estar se erodindo. Na atual conjuntura do país – de uma legião de trabalhadores sem trabalho, muitos em situação de desalento – notamos o crescimento e a consolidação da desigualdade social, seguida pela elevação dos índices de pobreza, situação que subverte o sentido do Estado autônomo e regulador da economia, conforme indica Francisco de Oliveira, em um Estado obediente à economia neoliberal, um Estado capturado pela lógica da financeirização do capital e colocado a serviço da manutenção e gestão da pobreza.

Na mesma equação de uma condição de pobreza estrutural, correlacionamos o crescimento da periferização, que nas cidades brasileiras não é uma consequência imediata do crescimento urbano, mas uma forma de promovê-lo com a segregação social e espacial e as

---

<sup>2</sup>Cf. Algumas análises sobre o desempenho das incorporadoras imobiliárias na apropriação da cidade moderna é realizada por RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: Fase, 1997.

forças do mercado, da especulação imobiliária, da propriedade privada etc, dando aos pobres a pobreza das condições de vida que a própria urbanização segregada produz: distância excessiva, precariedade de transporte e vias de acesso, das construções, da infra-estrutura em rede, de segurança, de serviços os mais diversos etc. A periferização, compreendida como uma das figurações da pobreza, faz parte do mesmo diagrama de expropriação de direitos sociais, construída e mantida por um modelo de desenvolvimento forjado e mantido por programas neoliberais legitimados pelo Estado brasileiro.

A pobreza não é um estado social natural, mas o resultado de um processo histórico de exploração, expropriação, discriminação, não instituição de direitos e concentração de renda, riqueza, poder e informação. A exclusão social, a periferização e a segregação urbana, enquanto problemas atuais e urgentes, são produtos de um processo de desregulamentação de mercados, precarização e flexibilização do trabalho, nova divisão social e internacional do trabalho, entre outros processos que remetem a uma composição social de grupos, classes, instituições, empresas e governos que promovem a segregação de populações inteiras no sistema capitalista, isto é, a produção de excluídos da sociedade, os *condenados do sistema*<sup>3</sup>.

A pobreza urbana tem formas próprias de manifestação e concentração, sua materialidade é visível no espaço urbano através do improvisado das formas de moradia e das maneiras de ocupar os espaços da cidade. O pobre cidadão cria estratégias para lidar com a pobreza, contudo as formas de apropriação de seu espaço na cidade seguem o comando da lógica do mercado imobiliário, que reserva lugares específicos, seus restos, para a pobreza e para o pobre. Estes lugares, produzidos por um Estado que se atrela aos interesses neoliberais, são esquecidos pelo poder público, redundando em espaços periféricos com urbanização precária, redutos da violência, produzidos pela segregação social.

Ao segregar, excluir e estigmatizar, a pobreza priva o acesso à cidadania, aos direitos<sup>4</sup> e põe em questão a própria noção da política. A cidade constituída por territórios de conflitos é uma cidade multi-polarizada, segmentada, e ao mesmo tempo alinhavada pela lógica do capital, que impossibilita que o pobre saia da pobreza, criando formas de gerenciamento para a exclusão. Neste perverso esquema de naturalização e gestão filantrópica da pobreza, a cidadania é aniquilada, e sua noção clássica de “direito a ter direito” perde sentido.

As figurações da pobreza urbana têm como uma de suas variáveis a segregação, entretanto a segregação não pode ser traduzida como uma simples divisão territorial entre pobres e ricos. Para Flávio Villaça (2004, p. 106) toda a segregação é coercitiva e ainda neste sentido pode se dizer que toda segregação é dominação e exclusão urbana, dimensões contidas nas equações da pobreza e que se espacializam e entrecruzam nas formas de apropriação físicas dos espaços e na constituição ideológica de conteúdos sociais e simbólicos que estão presentes na tessitura da cidade moderna.

Nos estudos comparativos entre as formas de manifestação da segregação na França e no Brasil, Edmond Préteceille (2004, p. 18) afirma que mesmo com suas diferentes tipologias a segregação é uma questão política, que pode ser requalificada em termos de exclusão social, econômica e étnico-racial. No caso das cidades brasileiras a segregação se explicita como um movimento pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida pelos grupos dominantes.

Segundo Marcuse (2004, p. 24), a segregação é um processo de formação e de manutenção de um gueto, o que não se aplica ao Brasil. O autor ainda problematiza que atualmente são recorrentes formulações como: “auto-segregação”; “guetos voluntários”; ou

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

<sup>4</sup> Cf. (TELLES. Vera, 1998: 38) [...] os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça.

guetos de classe altas, considerando estas formulações prejudiciais analiticamente. Nas peculiaridades do Brasil, e no caso específico de Salvador, a segregação tem como marco compreensivo a separação por classes econômicas, que possui rebatimentos na dimensão racial. Sendo pertinente, no caso de Salvador<sup>5</sup>, perceber a segregação em uma perspectiva de cruzamento de variáveis socioespaciais e étnico-racial: em uma clara relação na qual os bairros pobres são habitados por uma população negra e os bairros ricos por uma população branca.

Como a posição na estrutura social e a apropriação do espaço urbano são estreitamente articuladas, o território soteropolitano termina por assumir diferentes “cores”. [...] O miolo e o subúrbio, que apresentam condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos, concentrando as áreas classificadas com populares e subproletárias abrigam, predominantemente, os pretos e os pardos. Eles se concentram, especialmente em bairros como a Liberdade (onde há uma forte identidade étnica, por conta de movimentos sociais e culturais ali sediados), São Caetano, Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras. (CARVALHO, Ináia M.M.de; PEREIRA, Gilberto C. 2006, p. 98).

Os territórios de pobreza e riqueza em Salvador possuem pigmentação diferenciada e associada com o poder aquisitivo de sua população. A afirmação de Ilse Scherer Warren, que: “a exclusão social é racializada, engendrada, etarizada e espacializada, ou seja, tem cor, gênero ou sexo, idade e localização. A pobreza mais extrema tende a ser preta, feminina, bastante jovem ou idosa e localiza-se nas periferias urbanas” (2004, p. 58), pode ser aplicada sem restrições a Salvador, principalmente quando focalizamos as áreas do subúrbio ferroviário e do miolo urbano.

### **3 – A TERRITORIALIZAÇÃO DA POBREZA EM SALVADOR-BA.**

A topografia íngreme e acidentada de Salvador torna mais aguda e manifesta a pobreza urbana. Ao entrar na cidade, via BR-324, nos deparamos com montanhas e depressões cobertas por um mosaico de barracos que chegam a desaparecer no horizonte, como se aquela paisagem favelizada fosse infinita. Ao chegar na cidade, via aérea, e percorrermos a Avenida Paralela, vetor norte de expansão, nos deparamos com outras áreas de densa precariedade que se manifestam pelos bairros da Paz e outros aglomerados em iguais condições. A pobreza urbana que se materializa e toma forma de cidade está por toda parte em Salvador, misturada, pigmentada e pulverizada em pontos estratégicos do tecido urbano contínuo, e até mesmo no mar, como o Aglomerado de Palafitas de Novos Alagados.

Dada a oscilação topográfica do tecido urbano de Salvador surgem dificuldades para uma circunscrição exata dos limites das áreas ricas e pobres da cidade, contudo temos algumas concentrações que podemos chamar de mares de pobreza e outras de ilhas de riqueza. Assim, para melhorar o efeito de nossas análises, categorizaremos dois tipos de territórios em Salvador: território dos herdeiros da pobreza e território dos abastados.

O primeiro território, o qual daremos mais atenção, refere-se àquela parte da cidade constituída por pobres, negros, os deserdados de direitos que se incluem na lógica do capital imobiliário através da exclusão urbana, habitando áreas insalubres, ilegais e em alguns casos

---

<sup>5</sup> Cf. Censo IBGE-2002, em Salvador 54,8% de sua população de identifica como pardo e 20,4% como negro, uma cidade habitada em sua maioria absoluta por afrodescendentes.

invadidas: muito dos territórios dos herdeiros da pobreza, são espaços esquecidos<sup>6</sup> pelo Estado do Direto, lugares segregados e com elevados índices de violências, onde a exclusão social é a única possibilidade de inserção na cidade.

A segunda referência é a antítese da primeira, os territórios abastados, são os bem servidos pela infra-estrutura urbana, habitados por pessoas que estão empregadas no mercado formal da economia que possuem poder de consumo, são áreas bem assistidas por serviços, transportes, segurança, áreas de lazer, escolas, postos de saúde etc. Somam-se ao território abastado da cidade: os bairros tradicionais do Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória, Graça, assim como a maioria dos bairros que margeiam a Orla Atlântica: Barra, Ondina, Rio Vermelho, Pituba e Costa Azul; e Itaigara, Alto do Itaigara, Caminho das Árvores, Stiep e um complexo de condomínios fechados em Piatã, Itapoã, Estela Mares etc. Territórios que poderíamos considerar como os da “cidade formal” e “cidade legal”, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. Estes territórios podem ser compreendidos como “ilhas de riquezas”, principalmente os bairros do Itaigara, Alto do Itaigara e Caminhos das Árvores, que se organizam como condomínios fechados, com algumas ruas “privatizadas” e segurança particular 24h.

Na outra face da moeda, os territórios dos herdeiros da pobreza, compreendidos como os espaços pobres e informais da cidade, aqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanizações populares, habitados em sua maioria por negros, pobres e desempregados, constituídos em sua maior concentração pelas áreas situadas ao norte (miolo urbano), e ao sudoeste de Salvador (subúrbio ferroviário). Estes territórios compreendem os seguintes bairros: Cajazeiras, Fazenda Grande, Boca da Mata, Mussurunga I,II,III, Parque São Cristovão, Novo Horizonte ( Planeta dos Macacos), ,conjunto habitacional Vale das Dunas, bairro da Paz (Guerra das Malvinas) Alto do Girassol, Raposo, Sussuarana, Carobeira, Cassange, Nova Brasília de Itapuã, área oeste do bairro de Itapuã e entorno; Ilha da Maré, Valéria e proximidades; Subúrbio Ferroviário e seus vinte e dois bairros (aglomerado de Alagados, Novos Alagados, Conjunto Nova Primavera, Baixa Fiscal, Boiadeiro, Plataforma, Lobato, Itacaranha, Praia Grande, Periperi, Baixo de Coutos, Paripe e outras aglomerações na região limítrofe dos bairros do Uruguai, Calçada e Liberdade etc); Pau da Lima Invasão Brasilgás, Beco do Bozó e etc; Tancredo Neves, Cabula VI, Beiru, Engomadeira, Narandiba, entre outros.

Os espaços de pobreza de Salvador se aglomeram principalmente na área oeste composta pelo Subúrbio Ferroviário e na área norte do miolo da cidade – parte geograficamente central – nas últimas décadas houve uma ocupação mista, mas com predominância de áreas residenciais. Segundo Ângela Gordilho (2000, p. 60), é notória a ausência de grandes equipamentos urbanos nas zonas habitacionais oeste e norte da cidade, correspondendo ao Subúrbio e Miolo que, como visto, representam as áreas de moradia da maioria da população com predominância de rendas mais baixas.

Desta forma, caracterizaremos três zonas de contexto, que podem ser consideradas como espaços intra-urbanos nos quais diferentes territórios se articulam. Dimensionaremos a extensão do tecido urbano, dando assim uma maior visibilidade territorial às análises sobre pobreza e seus contrapontos. Apresentaremos na tabela seguinte a dimensão espacial das áreas de contexto e, em seguida, alguns aspectos relevantes de cada área: central, suburbana e do miolo urbano.

---

<sup>6</sup> Estas áreas empobrecidas são lembradas pelo Estado de Direito apenas no momento do exercício da violência policial, que hostiliza e submete a população destes lugares a uma violência cotidiana.

**Tabela 3 – Áreas na cidade de Salvador – BA**

(medidas)	CENTRO (bairros adjacentes)	SUBÚRBIO FERROVIÁRIO	MIOLO URBANO	OUTRAS ARÉAS* (incluindo Orla)	CIDADE DE SALVADOR (2.673.560 hab)
Km <sup>2</sup>	25km <sup>2</sup>	41.5km <sup>2</sup>	115km <sup>2</sup>	143.5km <sup>2</sup>	<b>325km<sup>2</sup></b>
Há	2.500ha	4.145 ha	11.500ha	14.350ha	<b>32.500ha</b>
M <sup>2</sup>	25.000.00 m <sup>2</sup>	41.450.00 m <sup>2</sup>	115.000.00 m <sup>2</sup>	143.500.00 m <sup>2</sup>	<b>325.000.00m<sup>2</sup></b>
<b>TOTAL(%)</b>	<b>7,5%</b>	<b>12,5 %</b>	<b>36,0%</b>	<b>44%</b>	<b>100 %</b>
hab/km <sup>2</sup>	<b>31.000 – 41.000</b>	<b>11.000 – 21.000</b>	<b>15.000 – 25.000</b>	<b>**</b>	<b>7.521</b>

Fontes – Dados Secundários IBGE/PMS/PLANDURB  
GORDILHO, Ângela (2000); PEREIRA & SILVA (1999)

\* Este item se refere às áreas que intercalam outras áreas em estudo assim como áreas limítrofes de Salvador, incluindo a orla marítima.

\*\*Devido a heterogeneidade destas áreas e dificuldade de demarcação, optamos em não fazer cálculos de (hab/km2) neste momento.

\*\*\* Posteriormente aprofundaremos outros dados sobre Salvador e as áreas de contexto de interesse nesta pesquisa.

Elaboração– SOARES, Antonio M.,2006 ( autor do trabalho)

A área que corresponde ao centro possui uma ocupação consolidada com predominância de boa habitabilidade; é formada por bairros antigos (a partir da déc. de 20) que foram importantes para o processo de estruturação da cidade. Poderíamos considerar esta área como da cidade formal, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. Para efeito deste estudo consideramos como área central, os bairros que estão dentro da mancha urbana intercalada desde os bairros da Barra-Ondina, Graça, Rio Vermelho, Vasco da Gama, Bonocô, Iguatemi, Brotas, Matatu, até o bairro de Nazaré, Comércio e centro histórico (Pelourinho) de Salvador.

A área correspondente ao Subúrbio Ferroviário compõe um dos maiores territórios de pobreza de Salvador. Teve sua ocupação iniciada pela construção da linha férrea, em 1860, contudo a área se constitui nos anos de 1940 com muitos loteamentos populares que mantêm importantes manifestações da cultura afrodescendente; o subúrbio tem aproximadamente 500 mil habitantes de acordo com o último censo do IBGE, em sua maioria negros, pobres e com baixa escolaridade, vítimas da maior violência urbana<sup>7</sup> do contexto metropolitano. Nesta área há predominância de habitações precárias e deficientes, com aglomerados de barracos em morros, encostas e até mesmo sobre a Baía de Todos os Santos.

A outra área de contexto corresponde ao que chamamos de “o miolo de Salvador”, assim denominado desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB/1970). Este nome se deve ao fato da região situar-se, em termos geográficos, na parte central do município de Salvador, ou seja, no miolo da cidade. Possuindo cerca de 11.500 ha, (Tabela 2) ele está entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho – Avenida Paralela – estendendo-se desde a invasão<sup>8</sup> de Saramandaia até o limite norte do município. Segundo Ináia Carvalho e Gilberto C. Pereira (2006, p.88), o miolo urbano de Salvador começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária, através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita.

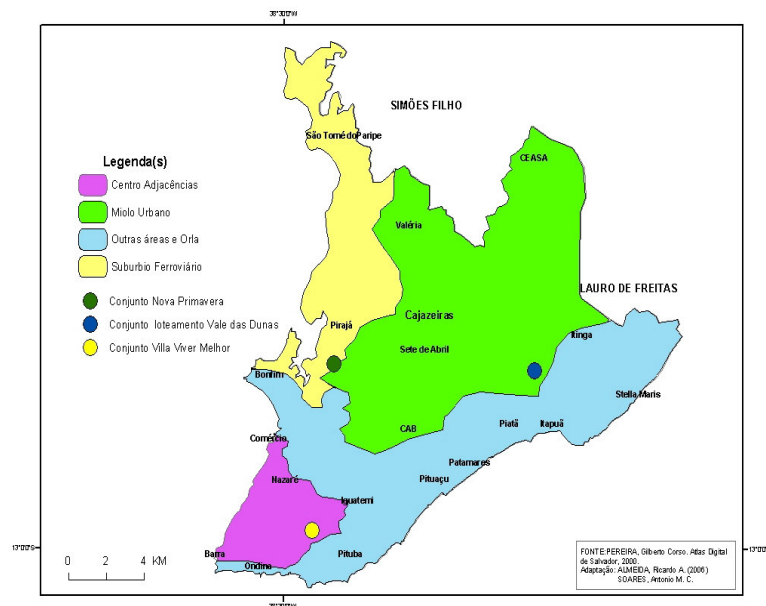
A área do miolo é formada por cerca de 41 bairros que ocupam aproximadamente 36% da superfície da cidade, em uma densidade demográfica no intervalo de [15.000 – 25.000 hab/km<sup>2</sup>],

<sup>7</sup> Cf. (ESPINHEIRA. Gey,2004). **Sociabilidade e Violência:** criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador: Ministério Público da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004.

<sup>8</sup> Optaremos em utilizar o termo invasão ao de favela, pois a palavra é reconhecida e utilizada pelos moradores das áreas em estudo. Invasão de invadir, ocupação coletiva sem autorização ou permissão prévia.

sendo que a parte mais densa corresponde ao do complexo de Cajazeiras . A área considerada do miolo urbano – vetor norte – nas últimas décadas teve uma ocupação mista, mas com predominância de áreas residenciais, nela se localiza o CAB – Centro Administrativo do Estado da Bahia, complexo de órgãos governamentais, assim como inúmeras universidades privadas e algumas concessionárias de automóveis.

Figura 08 – Mapa de áreas de contexto em Salvador.



O mapa (Figura 8) nos permite uma visualização zoneada de áreas que compõem o tecido urbano de Salvador: a Área do Centro ( $25\text{km}^2$ ), composta por bairros bem atendidos em serviços e equipamentos urbanos, difere das Áreas do Subúrbio Ferroviário ( $41,5\text{km}^2$ ) e do Miolo Urbano ( $115\text{km}^2$ ), que podem ser considerados como territórios de pobreza e violência, onde se mostra manifesta e de forma aguda a precariedade urbana, falta de serviços e equipamento.

Como consequência de um processo de urbanização, com territórios marcados por diferenças econômicas e raciais, constituído a partir de formas próprias de negociar e ocupar a terra urbana (lote/espço), temos a proliferação de um padrão de urbanização segregacionista, gerando o fenômeno da periferização que aguça a discriminação por classe, na mesma esteira de uma das mais cínicas formas de estruturar intervenções urbanas movidas por uma ideologia de controle e separação a se expressar na forma desigual da apropriação do solo urbano em Salvador, com a criação de áreas de “vocação para classes de baixa renda”. Neste contexto, a classificação das pessoas em “classes sociais”, o ato de classificar e ser classificado e as formas e padrões de ocupação por renda das populações na cidade moderna evidenciam um processo de segregação e de exclusão, que contribui para o estabelecimento da naturalização de uma cultura de pobreza e exclusão social, como de um *ethos* social contemporâneo, que nos remete à necessidade de uma compreensão do conceito de pobreza em suas interfaces com a segmentação social.

O desenvolvimento urbano de Salvador como cidade moderna é transformado em um segmento da economia que obedece a uma perversa lógica do capital, que para Carvalho & Pinho (1996,p.36) caminha atrelada aos interesses imobiliários estimulando a conformação do “padrão periférico” da urbanização, mas segundo a lógica do lucro, da acumulação.

Nos últimos quarenta anos, com a aceleração do capitalismo industrial que fomentou uma situação de modernização à Salvador, a expansão urbana seguiu aceleradamente a lógica imobiliária, que se convencionou denominar de especulação, termo que pode parecer em princípio exagerado, torna-se adequado quando se observam os recursos utilizados pelos agentes imobiliários, proprietários e incorporadores, em suas interferências institucionais para elevar a apropriação de lucros e a realização de empreendimentos em locais em que há restrições legais. Mas não só nesta direção. O capital sempre atua em muitas frentes concomitantemente, e uma delas é a da política institucional para fazer pender, em seu favor, as decisões em casos ambíguos. Desta forma o Estado capturado e associado com o capital financeirizado se volta para o atendimento dos anseios neoliberais, assim como para o privilegiamento dos interesses privados em detrimento das necessidades sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo H. **A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana.** In: CARVALHO, Ináia M.M & CORSO, Gilberto Pereira (Org). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.
- ALMEIDA, Paulo H.; DAMASCENO, Luciano. **Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador – 2005.** Relatório parcial de pesquisa. Salvador: UFBA/SEPLAM- PMS, 2005 a. Fotocopiado.
- BRANDÃO, Maria D. de A. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado ( Org.) **Habitação em Questão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CALDEIRAS, Tereza. **“Enclaves fortificados: a nova segregação urbana:”.** Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, 47, março: (155- 78). 1997.
- CAPUTO, Sara. Sobre o conceito de pobreza. Observatório Social [S.I],n. 7. 2004 [www.observatoriosocial.com.ar], acessado em 08 de março de 2004.
- CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. **Arquitetura e Indústria: a Península de Itapagipe como Sítio industrial de Salvador. Moderna 1891 – 1947.** Dissertação de Mestrado – EESC/USP – 2004.
- CARVALHO, Ináia M.M & PEREIRA , Gilberto Corso (Org). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana.** EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.
- \_\_\_\_\_; PINHO, José Antônio G. **Dois lógicas em confronto: solo urbano e moradia em Salvador.** In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz e AZEVEDO, (org.) A crise de moradia nas grandes cidades. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 189-204.
- \_\_\_\_\_; SOUZA, Angela G.; PEREIRA, Gilberto C. **Polarização e segregação socioespacial em uma MetrÓpole Periférica.** Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 17, n.41, p. 281- 297 maio/ago., 2004.
- CODES, Ana Luiza. **Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa.** In: SEI. Pobreza e Desigualdade Social. Salvador: 2003, p. 47-64. ( Série estudos e pesquisas 63).

ESPINHEIRA, Carlos (Gey) & SOARES, Antonio Mateus de C. **Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil.** In ANAIS do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG, 2006.

ESPINHEIRA, G. (org.) **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador.** UFBA, Salvador, 2004. [lançado em 2005]

\_\_\_\_\_. **Salvador: Província e Metrópole.** In: Debate Cenpes. Ano 2. no. 7. Salvador: CENPES, 1986.

ESTEVES JÚNIOR, Milton. **Pensando a criação de espaços na cidade.** In: MONTOYA URIARTE, Urpi, ESTEVES JÚNIOR, Milton (orgs.). Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade.** Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão.** In: SEI. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: 2003, 85 – 116 (Série estudos e pesquisas, 63)

IVO, Anete Brito Leal; SCHERER – WARREN, Ise. **Pobreza, dádiva e cidadania.** In: Caderno CRH, Salvador. v. 17, n. 40, p. 11 – 16, Jan./Abr. 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no Mundo Moderno.** Tradução Alcides João de Barros. Editora Ática, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **De lo Rural a lo urbano.** Antologia preparada por Maria Gaviria. Ediciones Península, 1981.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. **Mensuração da Pobreza: uma reflexão sobre a necessidade de articulação de diferentes indicadores.** Caderno CRH, Salvador. v. 17, n. 40, p. 129 – 141, Jan./Abr. 2004.

MARCUSE, Peter. **A construção social da segregação urbana: convergências e divergências.** Revista Espaço e Debates: Segregações Urbanas – São Paulo. v. 24, no. 45, jan/julho 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **O Elo Perdido – Classe e identidade de classe.** Editora Brasiliense, Salvador, 1987.

\_\_\_\_\_. **“O Ornitorrinco”,** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Estado e o Urbano no Brasil.** Revista Espaço e Debate, nº. 6. São Paulo, 1982.

PEREIRA, Gilberto Corso. **Atlas digital Salvador.** Salvador: LCAD/UFBA, 2000. CD-ROM.

PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Ângela, G. **Condições de Moradia e Infra – Estrutura Urbana.** In: CARVALHO, Ináia M.M & PEREIRA, Gilberto Corso (Org). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

PRÉTEICEILLE, Edmond. **A construção social da segregação urbana: convergências e divergências.** Revista Espaço e Debates: Segregações Urbanas – São Paulo. v. 24, no. 45, jan/julho 2004.

- RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: Fase, 1997.**
- RIZEK, C. S., BARROS, J. S., BERGAMIN, Marta de Aguiar. **A política de produção habitacional por mutirões auto gerenciáveis: construindo algumas questões.** ANAIS do X ENA. Belo Horizonte: v.1, n.1, p.1 - 22, 2003. e também,
- SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda. Petrópolis: Editora Garamond, 2001.
- SALVADOR. **Salvador: um horizonte para o ano 2000.** SEPLAM/PMS. 1985.
- SAMPAIO, Antonio Heliódoro L. **Formas Urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal.** Salvador. Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da Ufba, 1999.
- SANTOS, M. **O centro da cidade de Salvador.** Salvador: UFBA, 1959.
- SHERER – WARREN, Ise. **As múltiplas faces da exclusão nas lutas pela cidadania.**In: Caderno CRH, Salvador. v. 17, n. 40, p. 55 – 60, Jan./Abr. 2004.
- SHCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/EGBA, 1998.
- SINGER, Paul I., **A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador.** In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIAS, Vilmar (Orgs.). **Bahia de todos os pobres.** Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** Salvador. Ed. Nacional, 1974.
- SOARES, Antonio M. de C. & ESPINHEIRA, G. **Das Favelas aos Conjuntos Habitacionais.** In: ANAIS do Seminário Internacional NUTAU 2004 – USP– São Paulo, 2004.
- SOARES, Antonio M. de C. **Violência, crimes e jovens empobrecidos.**In: ESPINHEIRA, G. (org.) **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador.** UFBA, Salvador, 2004. [lançado em 2005]
- SOUZA, Ângela Ma. Gordilho. **Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX.** Revista BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador – BA, SEI. v . 4, p. 53-73, 03/ 2000.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de., **Urbanização e fluxos migratórios para Salvador.** In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIAS, Vilmar (Orgs.). **Bahia de todos os pobres.** Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania.** São Paulo:USP, Curso de Pós Graduação em Sociologia/Ed. 34, 2001.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra - Urbano no Brasil.** São Paulo. Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp.1998.